CADERNOS MACAMBIRA

ISSN 2525-6580, Serrinha, Bahia - v.11, n. 2, 2026. https://doi.org/10.59033/cm.v11.i2.1984.
Anais do II Congresso de Educação do IF Baiano Campus Guanambi (CEIF)

ARTIGO / ARTICLE

Área temática: Políticas Públicas, Educação e Desenvolvimento Social

O PAPEL DO PNAE NO FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E NA PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

THE ROLE OF PNAE IN STRENGTHENING FAMILY FARMING AND PROMOTING SCHOOL MEALS IN BRAZIL: A BIBLIOGRAPHIC REVIEW

Adrielly Vitória Batista[1], Elvis Correia Alves[2], Juliana Santos Pereira[3], Lara Rayssa Aranha Azevedo[4], Luís Henrique Guimarães Lisbôa[5], Micael Sebastian Pinheiro Nogueira[6], Sofia Rebouças Neta Pereira[7]

[1] Graduanda em Engenharia Agronômica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Campus Guanambi. *Autora Correspondente: adriellyv.batista@gmail.com.
[2] Graduando em Engenharia Agronômica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Campus Guanambi.
[3] Graduanda em Engenharia Agronômica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Campus Guanambi.
[4] Graduanda em Engenharia Agronômica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Campus Guanambi.
[5] Graduando em Engenharia Agronômica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Campus Guanambi.
[6] Graduando em Engenharia Agronômica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Campus Guanambi.
[7] Doutora em Geografia pela Universidade Federal da Bahia. Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Baiano, Campus Guanambi - BA.

Recebido: 07/10/2025 - **Revisado**: 15/10/2025 - **Aceito**: 27/04/2026 - **Publicado**: 09/05/2026

RESUMO: O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) configura-se como uma das políticas públicas mais relevantes do Brasil na promoção da segurança alimentar e no fortalecimento da agricultura familiar. Instituído pela Lei nº 11.947/2009, o programa visa garantir alimentação saudável aos estudantes da rede pública, promovendo também o desenvolvimento local por meio da compra direta de alimentos da agricultura familiar. Este trabalho teve como objetivo analisar a trajetória, os avanços e os desafios do PNAE, com ênfase em seus impactos sobre a agricultura familiar e a segurança alimentar no país. A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica descritiva, utilizando artigos científicos, legislações e documentos oficiais publicados entre 2015 e 2025, selecionados em bases como Google Acadêmico, SciELO e FNDE. Os resultados evidenciam que, embora o PNAE tenha ampliado o acesso à alimentação adequada e contribuído para a geração de renda e o fortalecimento da economia rural, sua execução ainda enfrenta entraves significativos, como burocracia nos processos de compra, desigualdades regionais e limitações estruturais e financeiras. Conclui-se que, para consolidar os avanços já alcançados, é essencial fortalecer a assistência técnica aos agricultores, aprimorar a gestão local e garantir recursos adequados, assegurando que o PNAE continue sendo um instrumento de integração entre educação, saúde e agricultura, promovendo o desenvolvimento sustentável e o direito à alimentação de qualidade.

Palavras-Chave: Políticas Públicas. Alimentação Escolar. Desenvolvimento Rural.

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International

ABSTRACT: The National School Feeding Program (PNAE) is one of Brazil's most important public policies for promoting food security and strengthening family farming. Established by Law No. 11,947/2009, the program aims to ensure healthy nutrition for students in public schools, also promoting local development through the direct purchase of food from family farms. This study aimed to analyze the trajectory, progress, and challenges of the PNAE, with an emphasis on its impacts on family farming and food security in the country. The research was conducted through a descriptive literature review, using scientific articles, legislation, and official documents published between 2015 and 2025, selected from databases such as Google Scholar, SciELO, and FNDE. The results show that, although the PNAE has expanded access to adequate food and contributed to income generation and the strengthening of the rural economy, its implementation still faces significant obstacles, such as bureaucracy in the purchasing process, regional inequalities, and structural and financial limitations. It is concluded that, to consolidate the progress already achieved, it is essential to strengthen technical assistance to farmers, improve local management and guarantee adequate resources, ensuring that the PNAE continues to be an instrument of integration between education, health and agriculture, promoting sustainable development and the right to quality food.

Keywords: Public Policies. School Feeding. Rural Development.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi instituído pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e é regulamentado pela Resolução CD/FNDE nº 06, de 8 de maio de 2020, com o objetivo de fornecer alimentação adequada e saudável a todos os estudantes matriculados na educação básica pública, abrangendo escolas municipais, estaduais e federais, além de instituições filantrópicas e comunitárias (Brasil, 2009).

Inicialmente, o programa era conhecido como Campanha Nacional da Merenda Escolar, que visava reduzir a desnutrição mediante oferta de suplementação alimentar com foco nas áreas mais pobres do país (Peixinho, 2013). No entanto, com a universalização proposta na Constituição Federal de 1988, que apresentou o direito à alimentação escolar, impulsionou a transformação do PNAE em política de Estado (Amorim; Domene; Bandoni, 2020).

Pode-se considerá-lo o maior Programa de suplementação alimentar da América Latina, tendo em vista o tempo de atuação, a continuidade, o compromisso constitucional desde 1988, o caráter universal, o número de alunos atendidos e o volume de investimentos já realizados. Seu objetivo central é

"atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula e à formação de hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o seu crescimento, desenvolvimento, aprendizado e rendimento escolar", mas tem como uma de suas diretrizes "o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para aquisição de gêneros alimentícios preferencialmente diversificados, produzidos comercializados em âmbito local" (Turpin, 2009).

Além disso, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) vai além da oferta de refeições saudáveis aos estudantes, pois também garante espaço de comercialização à agricultura familiar. Por meio da compra direta dos alimentos, assegurando renda aos produtores e estimulando a produção local. Assim, o programa fortalece a economia rural, evidenciando a integração entre políticas de educação e de agricultura (Valadares, 2022). Essa reformulação objetivou o respeito à cultura e às tradições, concedeu apoio ao desenvolvimento sustentável e à produção local via agricultura familiar (FNDE, 2017).

Com amparo no exposto, vê-se que os recursos do PNAE promovem a movimentação econômica nos locais de produção, incorrendo fortemente sobre o emprego e a remuneração do trabalho. A eliminação de intermediários gera incentivos à atividade agrícola local, circulação de recursos nos municípios, diversificação da produção e o surgimento de pequenas cooperativas agroindustriais (Elias *et al.*, 2019). Nesse sentido, o Programa é relevante, passível de ser considerado um marco nas políticas públicas, pela sua extensa e contínua história, em razão da cobertura do público atendido, pelo aperfeiçoamento e avanços, e, especialmente, em decorrência das áreas de interações e intersetorialidade de seus objetivos (Grisa; Schneider, 2014).

Apesar das vantagens observadas, existem dificuldades relacionadas principalmente à garantia da quantidade, regularidade e qualidade dos alimentos fornecidos. Essas limitações resultam da ausência de assistência técnica rural adequada, problemas logísticos na entrega, excesso de exigências administrativas (como DAP, normas sanitárias e certificações) e desmotivação por parte dos agricultores (Kroth; Geremia; Mussio, 2020).

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo analisar a trajetória, os avanços e os desafios do PNAE a partir de uma revisão bibliográfica, com ênfase em seus impactos sobre a agricultura familiar e a segurança alimentar no Brasil.

METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica descritiva com o objetivo de identificar, analisar e sintetizar produções científicas e documentos oficiais relacionados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), seus impactos sobre a agricultura familiar e a segurança alimentar no Brasil. As principais fontes utilizadas foram o Google Acadêmico e a SciELO, além de bases governamentais, como as do FNDE e IBGE, bem como legislações pertinentes ao tema.

A pesquisa, realizada em agosto de 2025, utilizou a palavra-chave “PNAE”, resultando inicialmente em 32.274 publicações. Foram considerados para avaliação os materiais que atendessem aos seguintes critérios: abordar diretamente o PNAE, a agricultura familiar ou a segurança alimentar; estar disponíveis em português; terem sido publicados no período de 2015 a 2025, correspondente à última década do programa; e apresentarem acesso integral ao conteúdo. Publicações duplicadas entre as bases, sem relação direta com o tema ou com restrições de acesso foram desconsideradas. Após o refinamento dos dados, aplicando parâmetros de seleção, foram selecionados, para exame comparativo, 14 artigos científicos e 1 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Para a análise, os documentos foram organizados em três eixos principais: (1) impactos do programa na agricultura familiar; (2) contribuições para a segurança alimentar e nutricional; e (3) desafios e perspectivas para a efetividade do programa. Essa sistematização possibilitou uma análise crítica e integrada das informações, permitindo identificar avanços, entraves e oportunidades de aprimoramento, além de compreender as relações do programa com o desenvolvimento rural sustentável e a promoção da alimentação adequada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O impacto do PNAE na agricultura familiar tem sido objeto de análises consistentes desde a regulamentação da lei de 2009, sobretudo em estudos publicados entre 2015 e 2025. Um dos principais enfoques é a efetividade da obrigatoriedade dos 30% de compras públicas.

O estudo de Saraiva *et al.* (2013), retomado e aprofundado por Oliveira *et al.* (2022), mostra que a média nacional de execução dos 30% permaneceu abaixo do previsto pela lei, com forte desigualdade regional. Enquanto estados do Sul e Sudeste conseguiram ampliar significativamente a participação da agricultura familiar, o Norte e o Nordeste ainda enfrentam entraves logísticos e estruturais (Saúde e Sociedade) (tabela 01).

Tabela 01. Resultados do percentual de recurso executado nos municípios e estados referente à aquisição de gêneros da agricultura familiar com base no Demonstrativo Sintético Anual (DSA) por regiões e Brasil. FNDE, 2010.

	Regiões brasileiras											
	Centro Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Brasil	
	n*	%	n*	%	n*	%	n*	%	n*	%	n*	%
Não houve compra	105	23,3	471	27,5	76	21,5	428	26,3	129	10,9	1209	22,7
Houve Compra	159	35,3	665	38,9	167	47,3	690	42,4	843	71,3	2524	47,4
Não informou/ Não se aplica	186	41,3	572	33,4	110	31,1	507	31,2	209	17,7	1584	29,7
Total	450	100	1708	100	353	100	1625	100	1181	100	5317	100

Fonte: Análise elaborada pela equipe do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal de Brasília (Cecane/UnB), a partir dos dados fornecidos pelo Demonstrativo Sintético Anual (DAS), instrumento de prestação de contas dos municípios, do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), 2010.
*n: número total de DSAs analisados dos municípios e estados de cada região.

Fonte: Saraiva *et al.* 2013.

A pesquisa de Elias *et al.* (2019), publicada na Revista de Economia e Sociologia Rural, identificou, por meio de entrevistas com 98 atores no Sul do Brasil, que a burocracia e a falta de assistência técnica são barreiras significativas para a inclusão dos agricultores familiares. Contudo, os próprios atores sociais criaram mecanismos de enfrentamento, como associações e cooperativas, para viabilizar o fornecimento.

Estudos regionais ampliam essa discussão. Em Minas Gerais, uma análise desenvolvida por Simonino, Santos e Cezar (2024), identificou efeitos econômicos positivos da aquisição de produtos da agricultura familiar via PNAE

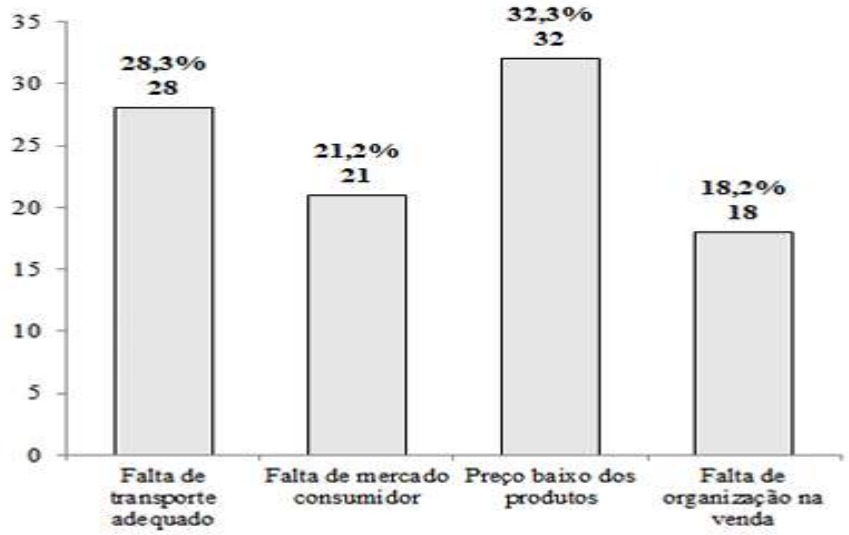
sobre a receita dos produtores locais, embora ainda limitados pelo baixo valor repassado.

No Rio Grande do Norte, pesquisa realizada por Silva *et al*. (2022) concluiu que os municípios potiguares avaliados em 2017 e 2018 tiveram dificuldades na gestão das chamadas públicas, revelando a fragilidade da governança local e a baixa capacidade de planejamento (Silva, 2025).

Outro recorte importante é o de Santa Catarina, onde Elias *et al*. (2019) utilizaram uma matriz insumo-produto para mostrar que as compras do PNAE geram efeitos multiplicadores relevantes na economia local, criando maior previsibilidade de mercado e estimulando a organização dos agricultores. Já no Paraná, Schabarum e Triches (2019) analisaram os produtos comercializados e constataram que, apesar de a variedade de alimentos atender à demanda nutricional das escolas, os preços praticados estavam abaixo dos de mercado, o que limitava a geração de renda para os agricultores. Esses achados dialogam com os dados obtidos no TCC de Souza (2025), realizado na cidade de Guanambi - BA, onde o preço baixo dos produtos aparece como o principal obstáculo (32%), evidenciando uma limitação semelhante na geração de renda para os agricultores locais (Figura 01). Quando os agricultores recebem valores abaixo do mercado, há desestímulo à produção, dificuldade de reinvestimento e risco de abandono das atividades. A longo prazo, isso pode enfraquecer cadeias produtivas locais e reduzir a oferta de alimentos provenientes da agricultura familiar para programas públicos como o PNAE.

Em termos nacionais, Gomes *et al*. (2025), em estudo publicado na Revista de Economia e Sociologia Rural, aplicaram métodos quantitativos (propensity score matching) e confirmaram que, embora o PNAE tenha efeito positivo sobre a renda de agricultores familiares beneficiários do Bolsa Família, o impacto ainda é considerado reduzido em comparação ao potencial do programa.

Figura 01. Principais obstáculos identificados em Guanambi (BA) no ano de 2025, segundo levantamento do Souza (2025). Os dados apontam que o preço baixo dos produtos (32%) sendo o fatore mais recorrente.



Fonte: Souza, 2025.

Silva *et al*, (2022) evidenciam que o PNAE contribui não apenas para o suprimento das necessidades nutricionais diárias escolares, mas também para a formação de hábitos alimentares saudáveis. Essa função educativa é essencial, visto que a escola é um espaço privilegiado para o desenvolvimento de práticas alimentares que podem ocupar longo espaço na vida, atuando de forma preventiva no combate à má alimentação e às deficiências nutricionais.

O programa também tem impacto direto na redução da insegurança alimentar em famílias vulneráveis. O trabalho de Nero; Garcia e Almassy Júnior, (2023) cita que, para muitos estudantes, especialmente em áreas de maior vulnerabilidade socioeconômica, a refeição escolar representa a principal ou até a única fonte de alimentação balanceada durante o dia. Isso reforça a relevância do PNAE como política pública que alia a promoção da saúde ao direito humano à alimentação adequada, garantindo não apenas quantidade, mas também qualidade nutricional.

No artigo de Freitas *et al* (2025), percebe-se a atuação do PNAE como uma forma de valorização da cultura alimentar brasileira, já que os cardápios devem incluir preparações regionais que resgatam tradições locais, ao mesmo tempo em que diversificam a alimentação dos estudantes. Essa dimensão

cultural é importante para a construção de uma identidade alimentar positiva, reforçando a aceitação dos alimentos oferecidos e a conexão dos estudantes com os hábitos alimentares de suas comunidades.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) configura-se como uma das políticas centrais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil, assegurando o acesso à alimentação adequada a milhões de estudantes e contribuindo para o desenvolvimento biopsicossocial e o rendimento escolar (Kroth, 2020).

Entretanto, a efetividade do PNAE enfrenta entraves persistentes. Problemas estruturais e logísticos, incluindo transporte, armazenamento inadequado de gêneros alimentícios e infraestrutura escolar insuficiente comprometem a qualidade e regularidade da oferta alimentar nas escolas (Rossetti, 2016; Szinwelski, 2015).

As limitações orçamentárias constituem outro desafio relevante: o aumento da demanda por alimentação escolar e a elevação dos custos dos alimentos tensionam os recursos destinados ao programa, prejudicando a manutenção da diversidade e qualidade dos cardápios (Szinwelski, 2015; Kroth, 2020).

Além disso, a burocracia nos processos de aquisição, especialmente no que diz respeito à operacionalização da obrigatoriedade de compra junto à agricultura familiar, muitas vezes impede o aproveitamento pleno dessa dimensão do PNAE, reduzindo seu potencial de fomento à produção local (Rossetti, 2016; Martins, 2023).

As desigualdades regionais também se refletem na composição e qualidade dos cardápios escolares, uma vez que diferenças na oferta regional de alimentos e nas condições de gestão local influenciam diretamente o atendimento nutricional dos estudantes (Rossetti, 2016; Kroth, 2020).

Por fim, destaca-se a necessidade de capacitação contínua dos profissionais responsáveis pela execução do PNAE nutricionistas, gestores e pessoal de preparo de refeições para que práticas de compra, preparo e educação alimentar atinjam os padrões desejados (Szinwelski, 2015).

Em contrapartida, o PNAE apresenta perspectivas estratégicas promissoras: o fortalecimento da agricultura familiar por meio de compras públicas, a integração de ações de educação alimentar e nutricional nas escolas, o estímulo ao desenvolvimento local sustentável e a possibilidade de articulação intersetorial entre educação, saúde e agricultura (Rossetti, 2016; Kroth, 2020; Martins, 2023).

O futuro do programa, portanto, depende tanto da mitigação de seus gargalos operacionais e orçamentários quanto da valorização de seu caráter intersetorial e participativo, materializado, por exemplo, na função dos conselhos de alimentação escolar e na participação comunitária na gestão e controle social do PNAE (ENAP/estudos sobre governança, 2024; Kroth, 2020).

CONCLUSÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) representa uma das políticas públicas mais importantes do Brasil no combate à insegurança alimentar, ao mesmo tempo em que fortalece a agricultura familiar e promove hábitos alimentares saudáveis entre estudantes. Sua trajetória, desde a Campanha Nacional da Merenda Escolar até a consolidação como política de Estado, demonstra avanços significativos na universalização do direito à alimentação escolar.

Entretanto, ainda persistem desafios que limitam sua efetividade, como desigualdades regionais, entraves burocráticos e limitações logísticas e financeiras. Para que o programa alcance todo o seu potencial, é fundamental investir em melhorias estruturais, apoio técnico aos agricultores e maior integração entre setores. Assim, o PNAE reafirma-se como instrumento estratégico para o desenvolvimento sustentável e para a garantia do direito humano à alimentação adequada.

REFERÊNCIAS

AMORIM, A. L. B.; DOMENE, S. M. A.; BANDONI, D. H. Qual a contribuição da Agricultura Familiar na qualidade dos cardápios da alimentação escolar?.

Segurança Alimentar e Nutricional, v. e020029-e020029, 2020. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8659289.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Resoluções 2017**. Brasília, DF: FNDE, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2017 Acesso em: 11 maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm. Acesso em: 10 set. 2025.

ELIAS, L. de P.; BELIK, W.; CUNHA, M. P. da; GUILHOTO J. J. M. Impactos socioeconômicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar na agricultura familiar de Santa Catarina. **Economia e Sociologia Rural**, v. 57. n. 2, p. 215-233, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/resr/a/gnwRTbf9XFfBjg7dhqk4rRr/?format=html&lang=pt. Acesso em: 30 ago. 2025.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP). **Estudos sobre governança e políticas públicas**: conselhos de alimentação escolar. Brasília: ENAP, 2024. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/7835. Acesso em: 21 set. 2025.

FNDE 2017. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2017.

FREITAS, M. C. S.; MINAYO, M. C. S.; RAMOS, L. B.; FONTES, G. V.; SANTOS, L. A.; SOUZA, E. C; SANTOS, A.C; MOTA, S E; PAIVA, J.B; BERNARDELLI T.M; DEMÉTRIO. F; MENEZES.I. Escola: lugar de estudar e de comer. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 979-985, abr. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/wFPcYQBZmN4pqBQxDH8YNLF/. Acesso em: 23 ago. 2025.

GOMES, M. C., LAZARETTI, L. R., ASSIS, T., BECKER, K. L.; BENDER FILHO, R. Impacto do programa nacional de alimentação escolar na renda dos agricultores familiares beneficiários do programa bolsa família. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, n. 63, e286558, 2025. https://doi.org/10.1590/1806-9479.2025.286558.

GRISA, C., SCHNEIDER, S. Três gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, n. 52, Suppl.1, p. 125-146, 2014. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007.

KROTH, D. C.; GEREMIA, D. S.; MUSSIO, B. R. Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma política pública saudável. **Ciência & Saúde**

Coletiva, v. 25, p. 4065-4076, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.31762018

MARTINS, J. P. Agricultura familiar e políticas públicas: reflexões sobre o PNAE. **Revista GESEC**, v. 14, n. 2, 2023. Disponível em: https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/1926. Acesso em: 22 set. 2025.

NERO, D. da S. M.; GARCIA, R. P. M.; ALMASSY JÚNIOR, A. A. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) a partir da sua gestão de descentralização. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 31, n.118, p. 1-23, jan./mar. 2023, e0233056. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ensaio/a/pfb3x4Dy3kCzLYHHFYCCB9d/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 30 ago. 2025.

OLIVEIRA, G. S. de; HOLANDA, A. E. G. S.; ARAUJO, M. A. D. de; JEREZ-ROIG, J.; FERREIRA, M. A. F. Desigualdade espacial na compra de alimentos da agricultura familiar para alimentação escolar no Brasil. **Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)** – Natal (RN), Brasil. v. 46, n. Especial 2, p. 175-189, 2022.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & saúde coletiva,** v. 18, p. 909-916, 2013. Disponível em: https://www.scielosp.org/pdf/csc/2013.v18n4/909-916/pt

ROSSETTI, F. X. Alimentação escolar no Brasil: limites e possibilidades do PNAE. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 23, n. 2, p. 911-922, 2016. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8647528. Acesso em: 20 set. 2025.

SARAIVA, E. B.; SILVA, A. P. F. da; SOUSA, A. A. de; CERQUEIRA, G. F.; CHAGAS, C. M. dos S.; TORAL, N. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 927–936, abr. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/BY54xsDP54L5jtr55cv5HfM/?lang=pt. Acesso em: 30 ago. 2025.

SCHABARUM, J. C.; TRICHES, R. M. **Aquisição de produtos da agricultura familiar em municípios paranaenses**: análise dos produtos comercializados e dos preços praticados. Piracicaba-SP, v. 57, n. 01, p. 049-062, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/resr/a/FwN8CfkFKL5dB4v4b7RdZLy/?format=html&lang=pt. Acesso em: 30 ago. 2025.

SILVA, L. G. S. da; OLIVEIRA, G. S. de; LYRA, C. de O.; PINHEIRO, L. G. B.; NEVES, R. A. M. das; FERREIRA, M. A. F. Compra de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar: a situação do Rio Grande do Norte. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. especial 2, p. 163–174, jun. 2022. DOI:

https://doi.org/10.1590/0103-11042022E211. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sdeb/a/BY54xsDP54L5jtr55cv5HfM/?lang=pt. Acesso em: 30 ago. 2025.

SILVA, L. R. da. A capacidade institucional na gestão das compras públicas em saúde: uma análise dos municípios da 7ª Região de Saúde do Rio Grande do Norte. 2025. 165 f. **Tese** (Doutorado em Estudos Urbanos e Regionais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/items/a6ef2f34-63ba-42a4-9e03-f4a65a36916d. Acesso em: 25 set. 2025.

SIMONINO, C. T.; SANTOS, L. F. dos; CEZAR, L. C. O Programa Nacional de Alimentação Escolar e seus reflexos na agricultura familiar: uma análise crítica. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 25, n. 2, e2523809, abr./jun. 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/inter/a/BY54xsDP54L5jtr55cv5HfM/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 30 ago. 2025.

SOUZA, H. H. Efetividade dos programas governamentais na garantia da Segurança Alimentar na região de Guanambi-BA. 2025. 107 f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação) – Engenharia Agronômica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – *Campus* Guanambi. Guanambi-BA, 2025.

SZINWELSKI, N. L. Gestão e operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 5, n. 2, 2015. Disponível em: https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/3279. Acesso em: 22 set. 2025.

TURPIN, Maria Elena. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. **Segurança alimentar e nutricional**, v. 16, n. 2, p. 20-42, 2009. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634783.

VALADARES, A. A. **Agricultura familiar (AF) no Brasil**: um panorama da produção, do perfil e dos sinais de mudanças entre os censos agropecuários de 2006 e 2017. Rio de Janeiro: IPEA, 2022. DOI: https://dx.doi.org/10.38116/9786556350394cap4.